

NEVES, José Poças das

Artur de Oliveira Santos: um republicano idealista 1884-1955, o administrador de Ourém ao tempo das aparições de Fátima

Lisboa: Edições Colibri, 2020. 439 p. ISBN: 9789896899691

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2024.15959>Comissão Pontifícia das Ciências Históricas, Vaticano;
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal <https://orcid.org/0000-0001-9156-4378>

Uma historiografia apressada transmite à opinião pública imagens distorcidas por fanatismo religioso, redutor das personagens adversas. Só estudos sérios e bem fundamentados nas fontes, como este, conduzem à inteireza figuras, por vezes apoucadas por posições assumidas no contexto, não apenas da época de agitação política, mas também marcadas pelo específico carácter dos indivíduos. O trabalho de Poças das Neves, profundamente conhecedor das fontes regionais e bem-avisado da sua inserção na problemática nacional, oferece o perfil e o rosto de um “republicano idealista”.

O excelente prefácio de Marco Daniel Duarte, diretor do Departamento de Estudos do Santuário de Fátima, constituiria uma recensão desta obra, porque com largueza historiográfica lê o seu contributo essencial para conhecer a figura republicana e atea de Artur de Oliveira Santos. Mas regresso com gosto ao Autor, pois já o encontrei sendo eu arguente no seu mestrado em História Regional e Local, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Graças à abundante citação das fontes da administração local, dos jornais regionais e do espólio familiar do biografado recolhe-se um olhar focalizado na envolvimento e enquadramento da personagem. A vantagem da opção por deixar falar as fontes permite ao leitor tocar a acutilância do clima político agitado seja do republicanismo, seja do Estado Novo. O frequente recurso a fotografias permite visualizar ambientes e intervenientes.

O livro segue uma linha cronológica, iniciando pela caracterização de Vila Nova de Ourém, onde Oliveira Santos nasce em 22 de janeiro de 1884, onde se forma e cedo inicia a atividade republicana. Segue a profissão paterna de latoeiro, casa em 1904 com Idalina dos Santos, costureira, que lhe impôs casamento religioso. Aos filhos deu o nome significativo de Franklim (1906), Democracia (1907) e Vítor Hugo (1910). A precedência do registo civil sobre o ato religiosa manifestava o cariz republicano intransigente, mantido na vida toda.

Para participar ativamente no movimento republicano, Oliveira Santos recorre à imprensa: assume-se como diretor e proprietário de semanário *A Voz de Ourém* (23-08-1908 a 8-11-1908), com 12 números. Aí defende a «sacrossanta causa da República» (p. 64) e segue uma linha anticlerical. Dirigirá depois *O Povo de Ourém*, a partir do n. 14 até n. 25 (17-07-1910). Alvos são entre outros o P. Benevenuto de Sousa e os jesuítas. Colaborará em outros periódicos. Foi presidente do Centro Republicano de Ourém.

Seguidamente, a obra biográfica detém-se na participação de Artur de Oliveira Santos no início da República (p. 81-125). Menciona a sua ligação seja à maçonaria em 1907 e 1924 seja à Carbonária (p. 96-97) e a sua crescente assunção de lugares de responsabilidade política. Nota o confronto entre republicanos e membros da Igreja Católica, a cisão entre grupos

republicanos e a fundação do jornal *A Voz de Ourém* (07-08-1913), no qual usaria a «prosa de arrebatador republicanismo» (p. 119).

Poças das Neves dedica, depois, um capítulo à instabilidade política da primeira Grande Guerra (1914-1916) (p. 127-152), onde Artur Oliveira Santos luta pela vitória dos democráticos nas eleições, suspende a atividade de funileiro para se dedicar à administração do Concelho. O autor regista o nascimento do Centro Católico Português (11-02-1915) e do jornal *Mensageiro* de Leiria, defensor da restauração da diocese. Descreve a decadente situação económica.

No capítulo seguinte, intitulado “Entre a “loucura dos homens” e a “bondade divina” (1917-1919)” (p. 153-180), o nosso Autor reconhece as clivagens sociais e tensões ideológicas criadas pela entrada na Grande Guerra. Aqui situa a polémica questão da atitude do administrador do Concelho que se deslocou a Aljustrel, no dia 13 de agosto, numa *charrette tipo Milord* puxada por um cavalo, em companhia do oficial Cândido Jorge e do cocheiro João Lopes, com o P. Manuel Carreira Poças. Porque as crianças não quiseram entrar no carro previamente alugado, marcou encontro na casa do pároco P. Manuel Marques Ferreira. Interrogou brevemente as crianças e insistiu dar-lhes boleia para Cova da Iria, desviando-as para Vila Nova de Ourém. Em sua casa foram tratadas bem, brincaram com os filhos e assistiram a procissão do dia 13. Os pastorinhos foram interrogados, mas mantiveram a sua firme posição de silêncio. Portanto, não maltratados, mas detidos com a finalidade de pôr fim às manifestações religiosas, proibidas pela lei republicana. Regressarão a casa do pároco dois dias depois, na manhã de 15 de agosto, no fim da missa. Estava presente o Oficial de Justiça, Cândido da Silva Alho e o Regedor de Fátima, Francisco da Silva Reis. Versões da Lúcia de 1922 e 1924 e as *Memórias* de 1935 apontam detalhes desta ida a casa de Artur de Oliveira Santos, com insistência e pressão para que dissessem o segredo. O biografado estava convicto que a ausência dos pastorinhos dia 13 poria fim ao fenómeno. Tal não aconteceu. Seria ainda administrador mais duas vezes: a 29-04-1920 e 29-08-1924.

Após estas páginas, que transcrevem as diferentes posições sobre os factos e a defesa de Artur Oliveira Santos, feita em entrevista de 9 de abril de 1953, estuda-se a sua oposição ao governo de Sidónio Pais, que reatou as relações com a Igreja (p. 181-187), o regresso à “velha” República e partida de Oliveira Santos para Lisboa, no início de agosto de 1919, com emprego no ministério das Colónias (p. 189-195). No capítulo sobre os últimos anos da Primeira República (1920-1926) (p. 197-223), a obra relata novamente os confrontos na Cova da Iria, com a questão da imagem oferecida por Gilberto dos Santos e o 13 de maio de 1920. As peregrinações são ainda entendidas como desafio ao republicanismo laico. Ocorre o atentado à capelinha em 1922. Oliveira Santos regressa de Lisboa como administrador entre 1924 e 1926, quando é destituído na sequência de maio de 1926, e volta ao lugar no ministério das Colónias.

Nova fase na vida de Artur Oliveira Santos se abre na luta contra a ditadura: procurado por estar implicado nos acontecimentos revolucionários de 20 de julho de 1928, dá entrada na prisão de Monsanto em setembro e é demitido do cargo de terceiro-oficial do Ministério. Consegue ser libertado a 28 de maio de 1929. Será levado por amigos republicanos a intervir no atentado de Albergaria dos Doze (p. 234) (p. 225-248); refugia-se em Espanha em 12 de setembro de 1931 e ali permanece até 1940, procurando sobreviver: vende gravatas, mantém

contacto com outros exilados, trabalha na dispensa de um hospital (p. 249-276). Tenta branquear a sua atividade revolucionária.

Regressa a Portugal ficando preso em Caxias por algum tempo até regressar à liberdade, a 16 de março. Será o momento para a vida em família, abertura da Casa de Ourém, finalização da nova bandeira do município e nova fase de escritor, sob nome de João de Ourém (1944-1955), com crónicas biográficas, de história política, económica e mesmo monumental do concelho. A atividade cívica e política origina que lhe movam um ataque em 1951, onde será chamado “alcoz dos pastorinhos”. Procura defender a sua honra de calúnias a 20 de julho de 1951, no jornal *A República* e vê-se reconhecido na homenagem de amigos (p. 277-324).

Poças das Neves termina com capítulos sobre o internamento, reação à doença e falecimento de Artur Oliveira Santos, a 27 de junho de 1955, em Lisboa. São dados a conhecer recortes dos elogios traçados nos jornais. Em junho de 1974 seria trasladado para Vila Nova de Ourém, sua amada terra.

Em largo apêndice o Autor reúne quadros, documentos e alguns textos do biografado (p. 353-432) e finaliza com a bibliografia (p. 433-439).

Foi pena não ter havido uma revisão mais atenta do texto, deixando muitas vezes os títulos dos jornais sem itálico, e poucas vezes descuidando o grafismo. Louvo a quantidade de fotos conseguida.

Perpassa uma visão serena dos factos e das posições coerentes de Artur de Oliveira Santos, mesmo quando falta à verdade para escapar aos inquéritos policiais do Estado Novo.

Valorizo a impressionante recolha de notícias para a história do republicanismo na região de Ourém de onde sobressai, em primeiro plano, um homem laico, radical, interventivo, fiel a si mesmo, «na dança da luta pela vida» (p. 310). Seria necessário, a meu ver, ultrapassar uma dimensão de cronista para alcançar uma leitura ampla e capaz de clarificar questões abertas e de abrir interrogações sobre os motivos de comportamentos assumidos pelo protagonista.